



Secretaria de Aquicultura e da Pesca – SAP/MAPA
Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca

4ª Reunião Ordinária

Memória da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins – CPG Norte

Data da Reunião: 06 e 07 de junho de 2019.

Local: Auditório da Superintendência Federal de Agricultura do estado do Amazonas - SFA/AM, situado na rua Maceió, nº 640, bairro Adrianópolis, Manaus - AM

Relatora: Ana Cristina Leite Menezes – SEPA/SEPROR

Revisão: Suelen Taciane Brasil de Souza – DEPOP/SAP/MAPA

MEMBROS PARTICIPANTES	ÓRGÃO/ ENTIDADE	CONTATO
Jairo Gund	SAP/MAPA	jairo.gund@agricultura.gov.br
Josué Bezerra de Freitas Neto	SAP/MAPA	josue.freitas@agricultura.gov.br
Suelen Taciane Brasil de Souza	SAP/MAPA	Suelen.brasil@agricultura.gov.br
Erika dos Santos Teixeira	SAP/MAPA	Erika.dsantos@agricultura.gov.br
Henrique Gonçalves de Almeida	SAP/MAPA	henrique.almeida@presidencia.gov.br
Andrea Varella Teixeira	MMA	andrea.varella@mma.gov.br
Marcelo Bassols Raseira	ICMBIO	marcelo.raseira@icmbio.gov.br
Florivaldo Mota Rocha	MPP/BRASIL	copebaz5@gmail.com
Luiz Vinhote	MPP/BRASIL	luizvinhote@hotmail.com
Renilton dos Santos Solath	FAEP	rsolarth@yahoo.com.br
João Bosco Ferreira da Silva	FAEP	silvaboscossil@gmail.com
Felipe Weber	ABLA	felipe@aruanaconsultoria.com/ assessoria@ablaquariofilia.org.br
Guillermo Moisés Bendezú Estupiñan	WCS BRASIL	gestupinan@wcs.org
Thayson da Silva Reis	SINPESCA	thayson@sinpesca.org.br/ sinpesca@fiepa.org.br
Urbano Lopes da Silva Junior	COORD. SCC	urbanolsjr@gmail.com
Fabio Melo Brito	MARINHA DO BRASIL	fabio.melo@marinha.mil.br
Leocy Cutrim dos Santos Filho	SEPA/SEPROR	leocy.sepa@gmail.com
Thiago Cruz	SEDAP-PA	cruz3cia@gmail.com
Walzenir Falcão	CNPA	fepesca@hotmail.com

OUVINTES	ÓRGÃO/ ENTIDADE	CONTATO
Vinícius Picanço Lopes	SFA/AM	
Juliane Arnaud	SFA/PA	juliane.arnaud@agricultura.gov.br
Ronaldo Barthem	MPEG	ronaldo.barthem@hotmail.com; barthem@superis.com.br



Secretaria de Aquicultura e da Pesca – SAP/MAPA
Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca

4ª Reunião Ordinária

Memória da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins – CPG Norte

Valdemiro Oliveira Falcão	CNPA	valdemirofalcao@hotmail.com
Benedito Souza	MPP/BRASIL	
Sérgio de Andrade	MPP/BRASIL	
Josana P. Da Costa	MPP/BRASIL	josanaserrao@gmail.com
Renan Rocha	CPP	renanlqrocha@hotmail.com
Marina Gomes Veloso	Colônia Z-1. Porto Velho	marina_veloso@yahoo.com.br
David Uchoa	FESINPEAM	adaviduchoa@hotmail.com
Raimundo B. Gonçalves	FESINPEAM	bragaanori@gmail.com
Elzimar M. De Souza	CNPA	cnpabr2015@gmail.com
Mozamir ALves	FEPECA	
Zeina Duarte	FEPECA	
Manoel Almeida	Colônia Z-41	manoelalmeida70@yahoo.com
Erick H. C. Reis	Colônia Z-43	erick.halfety@gmail.com
Maycon Silva	Colônia Z-21	top.maycon@gmail.com
Carlos Roberto Viana Pinto	CNPA	carlosrvpinto@yahoo.com.br
José Emerson Saraiva	Colônia Z-20	colpescaz-20@hotmail.com
Allan Barros	Colônia Z-29	allancolpesca@gmail.com
Maria José Ribeiro de Souza	Colônia Z-39	colpescaanori39@gmail.com
José Alberto Ferreira	Colônia Z-39	
Tatiana Gonçalves Brazão	Colônia Z-34 Novo Airão	tatianagoncalves20@gmail.com
Valdenisa Vieira	Colônia Z-07 Altazes	
Jane dos Santos Menezes	Colônia Z-44 Anamã	corta_agua@hotmail.com
Edimar Ferreira dos Santos	Colônia Z-19 Nova Olinda do Norte	edimarferreiradosantos2018@gmail.com
Jonadabe Caldeira	Colônia Z-05 Canutama	jonadabecalves@gmail.com
Diana Passos	Colônia Z-20 Manicoré	diana94veiga@gmail.com
Nazaré Rodrigues		nazare.rodrigues@gmail.com
Pedro Santos de Sousa	Colônia Z-51 Manaquiri	coloniapescadoresz51manaquiri@hotmail.com
Sidimar Araújo	Colônia Z-51 Manaquiri	
Sebastião Silva	Colônia Z-18 Boca do Acre	



Secretaria de Aquicultura e da Pesca – SAP/MAPA
Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca

4ª Reunião Ordinária

Memória da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins – CPG Norte

Auremira F. Lima	Colônia Z-18 Boca do Acre	auremira.advogada@gmail.com
Gláucia da Silva Lima	SEPA/SEPROR	glauucia_ls_21@hotmail.com
Alcira Carneiro	Colônia Z-18 Boca do Acre	kelma_gd@hotmail.com
José Vieira	Colônia Z-34 Noco Airão	joserubelbar@gmail.com
Antônio Passos	Colônia Z-20 Manicoré	colpescaz-20@hotmail.com
Guilherme de M. Pessoa	Superintendent e SFA/AM	gab-am@agricultura.gov.br

LISTA DE SIGLAS

SAP – Secretaria de Aquicultura e da Pesca

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MAPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

SFA/AM – Superintendência Federal de Agricultura do Amazonas

SFA/PA – Superintendência Federal de Agricultura do Pará

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

SEPA – Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura

SEPROR – Secretaria de Produção Rural do Amazonas

SEDAP/PA – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

SCC – Subcomitê Científico

ABLA – Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia

CNPA – Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores

MPP/BRASIL – Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais

FESINPEAM – Federação dos Sindicatos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Estado do Amazonas

CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores

FEPESCA – Federação dos Pescadores do Estado do Amazonas

WCS – Wildlife Conservation Society

FAEP – Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil

SINPESCA – Sindicato das Industrias de Pesca, da Aquicultura e das Empresas Armadoras e Produtoras, Proprietárias de Embarcações de Pesca do Estado do Pará

PREPS - Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite



Secretaria de Aquicultura e da Pesca – SAP/MAPA
Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca

4ª Reunião Ordinária

Memória da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins – CPG Norte

AGENDA PROPOSTA

06/06/2019 – 8h às 17h

1. Abertura
2. Aprovação da agenda
3. Informes SAP
 - i. Encaminhamentos da última reunião
 - ii. Relato e aprovação da ATA da 3ª Sessão Ordinária do CPG NORTE

ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO/DELIBERAÇÃO

4. Informes sobre a Portaria Ibama 01-2001 - Alteração do tamanho mínimo do Aruanã excetuando a aplicação da norma para os ornamentais e aquicultura;
5. Proposta do sistema de estatística pesqueira para a Amazônia. Posicionamento do Subcomitê Científico (Coordenador do SCC – Norte);
6. Apresentação do Aplicativo ICTIO, ferramenta utilizada na Amazônia para o registro individual da produção pesqueira (Guillermo Estupiñan - WCS);
7. Informes sobre a Moratória do TAMBAQUI. Posicionamento do Subcomitê Científico (Coordenador do SCC – Norte);
8. Informe sobre a IN 48. Posicionamento do Subcomitê Científico (Coordenador do SCC – Norte);
9. Disponibilizar para os membros do CPG os estudos populacionais dos botos e jacarés de 2016 (repassar material digital em PDF) (SAP).

07/06/2019 – 8h00 às 17h

ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO/DELIBERAÇÃO

1. Apresentação do Departamento de Registro e Monitoramento – DRM. Temas: SIS RGP, Recadastramento, RGP Pescador e RGP Embarcação.
2. “Contribuição para o Manejo da pesca da piramutaba na foz amazônica.” (Prof. Dr. Ronaldo Barthem);
3. Apresentação da proposta do SINPESCA para a área de pesca Industrial da PIRAMUTABA (Sinpesca)
4. Encaminhar ao CPG a necessidade de previsão legal do uso de espécies que não estejam na norma de ordenamento (INI MPA-MMA 01-2012) (ABLA)
5. Minuta de permissionamento de embarcações das áreas continentais (Coordenador do CPG – Norte);
6. Acordo de pesca do Lago da Hidrelétrica de Balbina. Temática Alteração do período de defeso do TUCUNARÉ dentro do Lago de Balbina (Vinícius SFA-AM).
7. Elaboração do cronograma de reuniões para 2019;
8. Encaminhamentos;
9. Recebimento de proposta de Pauta para as próximas reuniões;
10. Considerações Secretaria Executiva;



Secretaria de Aquicultura e da Pesca – SAP/MAPA
Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca

4ª Reunião Ordinária

Memória da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins – CPG Norte

11. Considerações finais.

A 4ª Reunião Ordinária do **Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins – CPG Norte** teve início às dez horas do dia 06 de junho de 2019 sob a coordenação do Sr. Josué Bezerra, Coordenação-Geral de Ordenamento e Desenvolvimento da Pesca Continental/MAPA. O Superintendente Regional de Agricultura e Abastecimento – SFA/AM, Sr. Guilherme Pessoa agradeceu a presença de todos e disse que é motivo de orgulho receber o CPG Norte em Manaus e por estar recebendo uma equipe tão qualificada. Disse que espera que as discussões vão de encontro aos anseios do setor pesqueiro e que realmente impulse a pesca. Que é um passo muito importante do governo e da iniciativa privada para ter novas direções positivas para o setor. Agradeceu o apoio da Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura – SEPA/SEPROR, na organização do evento. Em seguida, falou o Diretor do Depto. de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca/MAPA, Sr. Jairo Gund agradecendo a presença de todos e salientou o apoio desta SFA/AM na organização da reunião. Disse que foi possível conhecer um pouco da realidade da pesca local, com suas peculiaridades. Disse que é a primeira vez que o governo federal está organizando os CPGs fora da capital federal. O primeiro foi na cidade de Itajaí/SC, semana passada, houve o CPG de atuns, em Natal/RN e agora este sendo realizado CPG Norte em Manaus/AM. Agradeceu a participação das representantes das entidades de classe e a OCEANA que gentilmente tem transmitido pela internet, favorecendo a democratização da pesca. Após as apresentações, o coordenador fez a leitura da agenda proposta. Em seguida, solicitou a aprovação da ata da última reunião realizada nos dias 12 e 13 de dezembro de 2018, que foi previamente enviada a todos os participantes. O documento foi aprovado, por unanimidade. Dando sequência aos assuntos previstos, Dr. Urbano Lopes, coordenador do SCC iniciou sua apresentação, dizendo que é fundamental criar condições para que haja continuidade nas atividades dos CPGs e SCCs. Disse que a pesca está sofrendo na marginalidade, há portanto, necessidade de formalização da cadeia produtiva, recuperar ou estabelecer a dignidade do pescador e da atividade produtiva. Tudo isso passa pela coleta e monitoramento de dados para mostrar aos governos a importância da pesca. Isso é uma condição fundamental para os trabalhos dos SCCs deixarem de trabalhar com estimativas. Quanto à moratória do tambaqui, disse que a proposta inicial era ser generalizada, porém nas discussões do SCC, foi criada a proposta de ser regionalizada, uma vez que existem situações diferentes entre as bacias, sendo necessário mais tempo para estudar dados existentes. Disse também, que a posição do SCC é que a portaria 48



Secretaria de Aquicultura e da Pesca – SAP/MAPA
Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca

4ª Reunião Ordinária

Memória da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins – CPG Norte

precisa de revisão urgente. Explicou que o ideal seria ter dados para informar se o defeso foi efetivo, mas como não há, é preciso realizar encontros do SCC, por meio de GTs, para que as diferentes visões dos pescadores, pesquisadores e gestores possam ser apresentadas e assim, elaborar uma minuta de revisão, conciliando visões. Outra proposta do SCC é alinhar acordos de pesca, monitoramento e seguro defeso para incentivar o manejo. Propôs também que seja dado maior apoio às linhas de pesquisas voltadas à pesca na Amazônia, sobretudo, onde existem lacunas de conhecimento, para subsidiar o CPG Norte. Salientou que o governo gastaria cerca de 2% (cerca de 2,5 milhões de reais) para monitorar a cadeia produtiva da pesca amazônica, que abrange 10 portos principais, em comparação ao valor estimado obtido desta atividade, que é cerca de 1,5 bilhão de reais. Disse que o monitoramento da pesca deve ser incorporada como uma atividade monitorada do Estado. Na sequência, foi apresentada a minuta que define regras de uso sustentável da aruanã, curimatã, jaraqui, pacu e tucunaré no Amazonas para ser levada ao SCC. Sr. João Bosco (FAEP) sugeriu, como encaminhamento, incluir nesta minuta as espécies da portaria 08 de 1996 do IBAMA. Após isso, Sr. Walzenir Falcão (CNPA) sugeriu, como encaminhamento, a inclusão dos tamanhos de malhas para a pesca de algumas espécies, na minuta, por motivos de apreensão dos equipamentos de pesca, fora do Estado do Amazonas. Sr. Leocy (SEPA/SEPROR) questionou Dr. Urbano (SCC) sobre os portos principais para estudos e como seria a divisão dos custos entre os Estados e disse também que SEPA/SEPROR está a disposição para demandar a estatística pesqueira no Estado do Amazonas e que fará a proposta. Dr. Urbano (SCC) esclareceu que dependendo da forma será usado o recurso, que pode ser por meio de concurso público, ou transferência para institutos de pesquisa, por meio das fundações ou por meio do fomento à pesquisa (bolsas do CNPq). Cada cenário deste varia de 50 a 150%, na forma de rateio dos gastos. Além disso, o primeiro passo é a realização de diagnóstico dos portos de Manaus e Santarém, para verificar a melhor metodologia para coleta de dados, o que também causará alterações nos custos. Os portos que citou foram: Tefé, Tabatinga, Manaus, Porto Velho, Boa Vista, Santarém, Parintins e Belém. O pesquisador disse que o SCC aguarda uma resposta do MAPA quanto ao valor que seria possível ser utilizado por ano, para que o SCC possa elaborar proposta. O coordenador da reunião disse que será verificado internamente a possibilidade de recurso. Em seguida, Sr. Guillermo Stupinan (WCS) apresentou o projeto **CIÊNCIA CIDADÃ PARA A AMAZÔNIA – ICTIO**. Falou da necessidade de coleta de dados em uma área extensa e daí a importância do uso do aplicativo ICTIO, uma tecnologia de baixo custo, bem como a capacitação do cidadão para sua utilização para registrar peixes (espécie, quilo, preço) e dados de pesca (local



Secretaria de Aquicultura e da Pesca – SAP/MAPA
Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca

4ª Reunião Ordinária

Memória da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins – CPG Norte

e mercado), pode também coletar dados de esforço (número de pescadores, tempo de pescaria). Um grande desafio é o acesso a internet em muitos locais na Amazônia. Disse que nos pontos pilotos perceberam que a ferramenta também se apresenta benéfica quanto à educação ambiental. O próximo item de pauta foi **Disponibilização para os membros do CPG os estudos populacionais dos botos e jacarés de 2016**, Sra. Suelen (SAP/MAPA) informou que existem dois trabalhos da OEI, junto à SAP sobre os estudos da piracatinga, que será disponibilizado por email, ainda neste dia 06. Sr. Josué (SAP/MAPA) informou que será verificada a possibilidade de recursos para complementar as expedições de estudos populacionais. Salientou que há necessidade de dar celeridade às atividades, uma vez que a moratória encerra em janeiro de 2020 e verificar se continua ou não. Sr. Leocy (SEPA/SEPROR) disse que é preciso haver uma movimentação do setor produtivo, uma vez que foi encerrada a produção de filé de peixe liso de médio porte, e é urgente a necessidade de elaboração de documentos que apresente alternativas de iscas para justificar o encerramento da moratória e a pesca da piracatinga. Sr. Marcelo (ICMBio) disse que sem novas expedições e estudos não há como justificar o encerramento da moratória e isso requer recursos financeiros, em torno de R\$ 350 mil e tempo (ciclo hidrológico). Dr. Urbano (SCC) disse que falta pelo menos mais uma expedição para informar a situação da população de botos e jacarés ao Ministério Público. Sr. Walzenir (CNPq) disse que irá apresentar proposta ao CPG Norte, enfatizando as perdas econômicas com a moratória. Dr. Urbano (SCC) sugeriu que seja feito ofício incluindo este assunto e a estatística pesqueira, informando qual a faixa de valor que norteará a elaboração das propostas técnicas. Sr. Josué deu por encerrada a reunião pela parte da manhã. A reunião foi reiniciada às 14h10, com a apresentação do Prof. Dr. Ronaldo Barthem (SCC), intitulada **“Contribuição para o Manejo da pesca da piramutaba na foz amazônica”**. O professor Ronaldo Barthem fez uma breve avaliação do histórico da pesca da piramutaba nas últimas décadas e apresentou dados atuais, onde informou que a abundância do recurso está diminuindo e apontou um limite máximo da captura sustentável que segundo os estudos estaria em torno de 15.000 toneladas. Segundo seus estudos, Barthem afirmou que estamos em sobrepesca desde o começo e que a frota pesqueira foi superdimensionada desde o início.

Apresentando alguns aspectos biológicos da espécie, informou que a piramutaba se reproduz em uma área a 4.000 km acima do estuário, que o crescimento das larvas da piramutaba se dá no decorrer de suas “descida” para o estuário com uma migração para alimentação, onde tem um ambiente propício e alimento abundante (um Gomídeo conhecido como “aimoré”).



Secretaria de Aquicultura e da Pesca – SAP/MAPA
Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca

4ª Reunião Ordinária

Memória da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins – CPG Norte

Informou também que apesar do estoque estar subreexplorado, ela não entrou em colapso provavelmente por que o estoque reprodutor não está sendo capturado, e que de alguma forma a espécie está se mantendo preservada por natureza.

Informou que para controlar e melhorar o estoque há uma necessidade de se fazer o manejo da pesca industrial o mais breve possível apontando 3 regras que já existem, mas que não estão eficazes, sendo elas, a frota (diminuir), a cota (diminuir), e o período do defeso (aumentar).

Segundo seus resultados, não há nenhuma indicação que os peixes mais jovens se encontram mais próximos a costa, comprovando que a área não é um criadouro natural para a espécie e que definir uma linha pela proximidade da costa não está protegendo o recurso, é mais fácil proteger o recurso com o período do defeso, porém, os pescadores não sabem se posicionar quanto as 10 milhas e a “linha” é mais fácil para se gerenciar porque eles conseguem visualizar no GPS.

Quanto ao aumento do período do defeso ele informou que a pesca industrial tem uma queda na produção no mês solicitado e que os peixes que estão no estuário no 2º semestre, possuem um tamanho menor o que justifica o defeso.

Afirmou que mudar a área não trará problemas para o estoque e apontou que o ideal para o ordenamento da piramutaba hoje é discutir com os atores as três opções apontadas.

Após apresentação do professor Barthem, a Sra. Suelen solicitou o posicionamento do SCC sobre o ordenamento da piramutaba quanto aos pontos cota, frota e período de defeso, para que a secretaria possa tomar medidas quanto ao ordenamento pesqueiro da piramutaba.

Em seguida, foi realizada a apresentação da **Proposta para a área de pesca Industrial da piramutaba (*Brachyplatystoma vaillanti*), na Foz do Rio Amazonas**, pelo Engenheiro de Pesca Thayson Reis (SINPESCA), que apresentou proposta de mudança nos pontos de atuação da pesca industrial.

Sra. Suelen e professor Barthem questionam e solicitam a correção no desenho do mapa apresentado, onde uma linha faz alusão que o pedido está solicitando uma área de pesca dentro da área da baía onde é proibido, foi solicitado o acréscimo de um ponto “0” para eliminar esta alusão, o técnico Thayson do Sinpesca concordou.

Então o Sr. Josué abriu para as perguntas e comentários da plenária, o Sr. Leocy (SEPA/SEPROR) questionou o Dr. Barthem (SCC) sobre a situação dos estoques das espécies forrageiras que servem de alimento para a piramutaba, assim como o valor de



Secretaria de Aquicultura e da Pesca – SAP/MAPA
Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca

4ª Reunião Ordinária

Memória da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins – CPG Norte

comercialização da piramutaba, tanto no estuário quanto na bacia. O pesquisador explicou que a espécie se alimenta de amoré (gobiidae) no estuário. Este peixe forrageiro come fitoplâncton e não é pescado, e na bacia se alimenta das espécies migradoras, assim, pelo fato de não ser uma espécie exigente, não entrou em colapso. Sr. Thayson esclareceu que o pescado é vendido já beneficiado na indústria, o valor o valor médio é de R\$ 17, e os representantes de pescadores disseram que o preço da primeira comercialização na calha está em torno de R\$ 3. Sr. Florivaldo Rocha (MPP) disse estar preocupado, pois pesca industrial é uma das mais prejudiciais ao meio ambiente, uma vez que o apetrecho de pesca causa a destruição do habitat do aimoré. Além disso, o tipo de apetrecho, devido à força do motor, arrasta peixes de todos os tamanhos, provocando grande desperdício. Falou também que apesar da legislação proibindo, barcos de pesca industriais entram nos rios para pescar, à noite, ocorre conflitos com os pescadores artesanais. Falou que a distância de 10 milhas é pouco para limitar a atuação das embarcações.

O Sr. Florivaldo, informou a plenária que ocorrem invasões frequentes na região do Amapá e áreas de Uc's, que os pescadores fazem o arrasto até a costa e dentro das unidades de conservações.

Também pediu explicação sobre o fato de encontrarem alevinos no estuário, uma vez que foi explicado que a espécie desova cerca de 4.000 km, rio acima. Dr. Barthem (SCC) explicou que o filhote fica preso na rede pelo esporão. Devido ao ciclo hidrológico entre o hemisfério norte e sul e há espécie nas cabeceiras, está sempre povoando o Rio Amazonas. Além de ter um longo período de reprodução, também atua numa área muito grande e consegue se reproduzir por muito tempo. O estuário é área de criação e não de reprodução. Sobre a linha de 10 milhas é para pesca de arrasto em parelha, os que entram nos rios estão fora da lei. Existem também os barcos clandestinos, uma vez que os barcos com PREPS, já são multados. Sra. Suelen (SAP/MAPA, solicitou um posicionamento do SCC quanto três pontos importantes do manejo deste pesca: frota, a cota de captura e o defeso para que a SAP/MAPA possa tomar decisões quanto ao ordenamento pesqueiro da piramutaba. Quanto às embarcações que estão invadindo áreas não permitidas, Sr. Henrique (SAP/MAPA) disse que será encaminhado ofício ao IBAMA solicitando reforço na fiscalização nesta área. Sr. Luiz Vinhote (MPP) solicitou maior participação dos pescadores nas decisões que envolvam a pesca da piramutaba. Sra. Josana (MPP) solicitou mais discussão sobre os três pontos chaves do manejo da pesca de arrasto em parelha da piramutaba e fauna acompanhante, que se estenda a aos pescadores artesanais e informa que irá levar esta discussão aos pescadores para



Secretaria de Aquicultura e da Pesca – SAP/MAPA
Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca

4ª Reunião Ordinária

Memória da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins – CPG Norte

buscar propostas de acordos de pesca para o ordenamento e possíveis saídas e trará a próxima reunião do CPG-NORTE.

Sr. Josué (SAP/MAPA) disse que isso entra como encaminhamento a apresentação de propostas destes pontos, incluindo propostas do MPP para a próxima reunião do CPG NORTE e então encaminhar ao SCC. Outro encaminhamento é a alteração do mapa com os pontos de atuação da pesca industrial na foz do Rio Amazonas, já para as devidas alterações. Para as medidas de manejo sugeridas e não aprofundadas pelo Dr. Barthem (SCC), será instituído um GT específico para serem discutidas exaustivamente e melhorá-las, considerando os estudos apresentados. O pesquisador sugeriu que para os estudos das espécies migradoras na calha dos rio, precisa incluir além da piramutaba, a dourada e incluir também a participação dos frigoríficos. Sr. Braga (FESINPEAM) disse que vai entregar pauta de discussão sobre a moratória da piracatinga. Após isso, o coordenador informou que alguns pontos de pauta serão discutidos no dia seguinte (07/06), iniciando às 09h. Isso porque foi criada uma pauta extra a ser discutida junto aos representantes da CNPA, à noite, fora do CPG NORTE. Assim, declarou encerrada a reunião.

O segundo dia de reunião foi iniciado com a apresentação do Sr. Felipe Weber (ABLA) sobre algumas ações da associação na intenção de revisar o ordamento pesqueiro ornamental. Disse que é preciso revisar o ordenamento ornamental de caráter positivista, o que causou o colapso da atividade e perda de mercado para países fronteiriços, como a Colômbia. Apresentou espécies como aruanã, cujo preço de mercado ornamental é de U\$ 200/unidade, o que traria beneficiar a renda do pescador, bem como, redução da pressão sobre os estoques, porém a espécie só pode ser pescada para fins alimentares, no Brasil. Em seguida, foi aberto momento para questionamentos. Dr. Barthem (SCC) perguntou sobre o futuro do mercado ornamental baseado na aquicultura ou na pesca. Foi dito que isso depende da espécie, pois algumas já não podem ser resgatadas, uma vez que estamos 30 anos atrasados na criação em cativeiro. Mas outras tem grande potencial para serem cultivadas. Acredita que a aquicultura é o caminho, mas é preciso leis que ordenem o seu desenvolvimento. Sr. Vinícius (SFA/AM) questionou a possibilidade de iniciar discussão sobre uma lista negativa para os peixes ornamentais, que é um dos grandes problemas do ornamento, sobretudo quanto ao escoamento da produção. Também fez uma manifestação de ordem técnica, que a emissão de Licença de Empresa que Comercializa Organismos Aquáticos Vivos (ECOAV) é feito de forma precária, fora do sistema informatizado de



Secretaria de Aquicultura e da Pesca – SAP/MAPA
Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca

4ª Reunião Ordinária

Memória da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins – CPG Norte

registro geral de atividade pesqueira (SisRGP), o que traz insegurança jurídica para o processo, necessitando de aperfeiçoamento do sistema, a fim de potencializar os dados estatísticos e realizar política pública. Pede como encaminhamento ao CPG Norte discussão da importância da adequação no SisRGP ou no novo sistema. Sr. Felipe (ABLA) disse que durante o Workshop ocorrido em Brasília, foi elaborado parecer sobre a necessidade desta lista negativa, encaminharam à SAP/MAPA, e será elaborada no CPG ornamental, assim que for criado. Quanto à ECOAV, disse que já formalizou dois ofícios ao MAPA solicitando o funcionamento do sistema. Sr. Marcelo (ICMBio) questionou sobre o diagnóstico de mercado, qualidade do peixe, boas práticas de manejo, sobre a transformação de pescador em aquicultor. Sr. Felipe (ABLA) explicou que hoje o mercado de ornamentais busca a qualidade e não quantidade, necessita fazer manejo da produção. Precisa revitalizar as campanhas de boas práticas, com capacitação dos pescadores, por exemplo. Para que pescador passe atuar como aquicultor é preciso selecionar aqueles que tenham este perfil e precisa regulamentar a liberação de matrizes. Sr. Leocy (SEPROR) convidou audiência pública do peixe ornamental na Assembleia Legislativa, no dia 17 de junho. Disse que a SEPA ouviu o setor de exportação de ornamental e um dos entraves é a falta de recurso humano para despacho de produção nos aeroportos, nos fins de semana. Falou sobre a iniciativa de colocar a Estação de Balbina para realização de experimentos de aquicultura ornamental. Sr. Felipe (ABLA) agradeceu o convite e verificará a possibilidade de participar. Quanto à fiscalização, disse que é preciso construir um modelo mais eficiente do que existe. Sra. Érica (SAP/MAPA) sugeriu a elaboração de uma proposta de IN no modelo negativista, em conjunto com o parecer elaborado durante o Workshop, deixando como encaminhamento da área técnica da SAP/MAPA em parceria com SFA/AM e INPA, e enviar ao SCC para ser analisado e retornar ao CPG Norte. Sugeriu também como encaminhamento, proposta do IBAMA/MMA sobre a regulamentação das matrizes de espécies de peixes ornamentais ameaçadas de extinção. Sr. Felipe (ABLA) disse que o ideal é encaminhar do CPG Norte para o CPG Ornamental que será criado, incluindo a participação do IBAMA. Sra. Suelen (SAP/MAPA) disse que devido à quantidade de propostas, sugeriu a criação de GT para começar as atividades e assim que o CPG Ornamental for criado, todas as propostas e demandas seriam tramitadas. Solicitaram a intenção da SEPROR e FAEP em participar do GT Ornamental. Sr. Renilton (FAEP) pediu como encaminhamento a elaboração de minuta para ordenar a pesca do jaraqui para fins ornamentais. Antes de iniciar o próximo assunto de pauta, Sr. Josué (SAP/MAPA) registrou a apresentação da nota técnica do CNPA pedindo a suspensão da IN 06. Sr. Walzenir (CNPA) disse estar



Secretaria de Aquicultura e da Pesca – SAP/MAPA
Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca

4ª Reunião Ordinária

Memória da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins – CPG Norte

preocupado pela exportação do jaraqui, enquanto é desperdiçado em Manaus. Salientou a necessidade de vinda de compradores de peixes de outros Estados para a compra do pescado durante a safra, para evitar o desperdício. Disse que vai encaminhar nota técnica sobre o mapará. Disse que a CNPA quer participar do GT ornamental. Sra. Josana (MPP) disse que o problema do desperdício no norte está na falta de estrutura de armazenamento e pede providências urgentes para que essa realidade do desperdício seja sanada. Sr. Braga (FESINPEAM) falou sobre o Terminal Pesqueiro de Manaus e frigorífico da Betânia que não estão sendo utilizados para este fim. Dr. Urbano (SCC) disse que é preciso monitoramento para saber as dimensões da produção para o seu melhor aproveitamento. Sr. Pedro Hamilton (SINDPESCA) disse estar feliz por saber da intenção do governo federal de melhorar a vida do pescador artesanal, disse que sofrem discriminação por conta do desperdício e são explorados pelos empresários donos de fábricas de gelo, pois existem poucas empresas. Disse que faltam implementação de políticas públicas para valorizar o pescador. Sr. Carlos (CNPA) sugeriu que a articulação ocorra no âmbito federal, estadual e municipal. Salientou que o Conselho Estadual de Pesca e Aquicultura (CONEPA) tem esse poder de discutir no âmbito estadual. Sr. Vinícius (SFA/AM) falou da reunião realizada na noite anterior, com SEPROR para discutir especificamente estratégias de gestão, voltadas ao desenvolvimento do setor pesqueiro no Amazonas. Como esse alinhamento entre o poder federal e estadual podem se consolidar em ações concretas. Viu a vontade do Estado de querer ser parceiro nesse desejo de desenvolver, fomentar e ordenar a produção de pescado de forma sustentável. Sr. Leocy (SEPROR) disse que está sendo realizado GT para discutir o TPPM, no âmbito do CONEPA, com a participação das entidades que representam os pescadores. Sr. Walzenir (CNPA) solicitou apoio da SEPROR na liberação de pessoal para apoiar a SFA/AM, pois a mesma possui 4 funcionários para atender o Estado do Amazonas. Sr. Henrique (SAP/MAPA) sugeriu verificar o acordo de cooperação técnica realizado no Ceará entre governo federal e estadual, dentre atividades está a disponibilização de servidores do Estado para atender a pesca. Após o intervalo para o almoço, Sr. Renilton (FAEP) sugeriu como encaminhamento, a permanência da moratória do tambaqui por mais cinco anos, com a liberação da pesca nas áreas com acordos de pesca e nas unidades de conservação, baseado no parecer do SCC. Sra. Suelen (SAP/MAPA) disse que houve reunião em abril do SCC e foi visto a necessidade de estudo para elaborar moratória regionalizada e que será encaminhada a sugestão de liberação das áreas citadas, ressaltando a necessidade de selo de origem. Dr. Urbano (SCC) disse que irão verificar essa situação por bacias e a quantidade de estoques nestas áreas. Em seguida, foi explicado que a apresentação



Secretaria de Aquicultura e da Pesca – SAP/MAPA
Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca

4ª Reunião Ordinária

Memória da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins – CPG Norte

do Sr. Vinícius (SFA/AM) foi adiada pois não houve envio dos dados técnicos pelo ICMBio-Rio Uatumã. Após relato sobre o histórico deste assunto, Dr. Urbano disse que o acordo de pesca do Lago de Balbina foi revisto, acordado com pescadores, entidades e instituições envolvidas, consolidado em várias assembleias. Sr. Bosco (FEPESCA) disse que com a revisão, houve alteração do período de defeso do tucunaré (de 1 de setembro a 31 de dezembro). A ideia é que a SEMA regulamente o acordo e encaminhe ao CPG para ser discutido, onde será verificado se está de acordo com as normativas e endereçar ao INSS. O coordenador disse que fica como encaminhamento apresentação de todo o histórico de revisão do acordo de pesca do Lago de Balbina, pelo Sr. João Bosco (FAEP), para a próxima reunião do CPG Norte. O próximo assunto de pauta é a revisão da minuta de permissionamento das embarcações continentais. Sra. Érica (SAP/MAPA) disse que sempre houve discussão, mas nunca consenso, devido às peculiaridades da pesca continental e marinha, de maneira que nunca houve a elaboração da normativa. Enquanto isso não se resolve, as embarcações ficam na ilegalidade. Sr. Vinícius (SFA/AM) disse que não existe uma modalidade de permissionamento específica para águas continentais, por conta disso, existem problemas crônicos de ordenamento do setor, não há segurança jurídica das embarcações, os registros emitidos nos estados eram feitos precariamente e os órgãos de controle não consideravam válidos os certificados de registro, pois não estavam em conformidade com a legislação. O próprio SisRGP não alcança as modalidades de embarcações de águas continentais para emissão do registro. Por conta destes problemas, o setor está, desde sempre, sem alcançar políticas públicas, como a subvenção de óleo diesel, recurso financeiro para construção de embarcações, dentre outros. Daí a importância do CPG Norte discutir o este assunto e de imediato deixar como proposta da imediata suspensão da obrigatoriedade do RGP de embarcação, até que a legislação tenha essas lacunas preenchidas, pois corre o risco de a fiscalização ambiental travar por completo a atividade pesqueira nos Estados onde ocorrem essa forma de pesca e como consequência, uma crise do setor produtivo, de abastecimento para aqueles que vivem da atividade. Sr. Henrique (SAP/MAPA) disse que o departamento de registro está trabalhando nesta proposta de regulamentação das embarcações em águas continentais. A proposta de suspensão da exigibilidade do RGP para as embarcações por 365 dias, até que seja feita a regulamentação já foi encaminhada ao CONJUR/MAPA. Sra. Juliana (SFA/PA) sugeriu a criação de GT para discutir o permissionamento das embarcações, por bacias hidrográficas. Sr. Henrique que será feita parceria com a marinha, pressupondo que as embarcações tenham TIE, para posteriormente ser emitida a permissão para pescar. Sr. Vinícius (SFA/AM) sugeriu



Secretaria de Aquicultura e da Pesca – SAP/MAPA
Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca

4ª Reunião Ordinária

Memória da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins – CPG Norte

discutir no SCC o conceito de embarcação pesqueira que atua em águas continentais, Dr. Urbano (SCC) disse que não sabe dimensionar e categorizar a frota pesqueira e foi acordado na última reunião do subcomitê que é preciso realização de levantamento para este fim, em parceria com a marinha. Dr. Barthem (SCC) disse que devido à grande variedade de embarcações que atuam nas bacias, a marinha pode ser o referencial por já possuir metodologia própria de monitoramento e sugere realizar cadastramento por região. Em seguida, foi feita leitura da minuta e aberto momento para discussões e as devidas alterações. Sr. Fábio (Marinha) sugeriu o envio desta minuta à capitania dos Portos, a qual seria direcionada ao setor responsável que apresentará as categorias existentes. Sra. Josana (MPP) falou da necessidade de envio da minuta para as entidades representativas dos pescadores para apresentarem as categorias de porte das embarcações de cada região, inclusive salientou a diferença de visão dos técnicos e dos pescadores. Sr. Braga (FESINPEAM) disse que existe uma associação de armadores de pesca do Amazonas que poderia contribuir com as informações. Dr. Urbano (SCC) pediu para registrar que essa proposta de minuta vem para resolver uma situação de forma provisória, mas que paralelamente, seja desenvolvido um termo de referência para realizar o estudo e trazer esclarecimento sobre essa complexidade da frota pesqueira em águas continentais. Sr. Thayson (SINPESCA) solicitou atenção às embarcações pesqueiras que querem processar pescado na indústria, quanto à rastreabilidade. Foi solicitado a entidade envie proposta para ser contemplada na minuta. O coordenador disse que a minuta será compartilhada pelas instituições para darem suas contribuições e paralelamente será enviada ao SCC e este envie o termo de referência do estudo de boto e jacaré, bem como, das embarcações que atuam em águas continentais. Foi questionado sobre a Portaria 48 do IBAMA e Dr. Urbano disse que foi decidida a necessidade de criação de GT para discussão. Sr. Walzenir (CNPA) falou do encaminhamento de nota técnica do CNPA ao CPG Norte pedindo posicionamento para alterações da data do defeso e inclusão de outras espécies. Sra. Suelen (SAP/MAPA) falou que a próxima reunião do CPG Norte será no Pará, com data a ser informada, posteriormente. Sra. Josana (MPP) questionou sobre a ajuda nas passagens e diárias para entidades participarem. Sra. Suelen (SAP/MAPA) disse não haver recurso para este fim. Sra. Josana (MPP) sugeriu como encaminhamento que a reunião seja realizada em Santarém/PA. Sr. Josué disse que será visto junto à SFA/PA a melhor logística para a realização do evento. Em seguida, foram elaborados os encaminhamentos, com os responsáveis e datas de apresentação dos trabalhos.



Secretaria de Aquicultura e da Pesca – SAP/MAPA
Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca

4ª Reunião Ordinária

Memória da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins – CPG Norte

ENCAMINHAMENTOS

- Primeira Reunião do Grupo de Trabalho (GT IN 48) voltado à revisão da Portaria IBAMA 48/2007. (FAEP, CNPA, MPP, SEPA, SCC, DEPOP/SAP, IBAMA/MMA) – dia 25 e 26/07/2019, local: SEPA/SEPROR - Manaus/AM. Responsável: DEPOP/SAP;
- Avaliar a possibilidade de unificar em ato normativo abrangendo as portarias Ibama/AM 01-2001, IBAMA Nº 8/1996, e Ibama nº 43/2004 (p/arte de pesca) que contemplará a alteração do tamanho mínimo de diversas espécies excetuando a aplicação da norma para os ornamentais e aquicultura. Responsável: DEPOP/SAP. Prazo: primeira quinzena de Julho de 2019;
- Revisão da proposta de moratória do Tambaqui (*Colossoma macropomum*) pelo SCC (considerar UC's – IN 35 IBAMA). Prazo: Ver data da próxima reunião do SCC. Responsável: SCC CPG – NORTE;
- Termo de Referência para avaliação de estoques de botos e jacarés. Prazo: Imediato. Responsável: MMA/SAP;
- Termo de Referência para regulamentação do RGP Embarcação (águas continentais). Responsável: DEPOP/SAP;
- Ato normativo que suspenderá a obrigatoriedade da inscrição do RGP das embarcações continentais por um período de 365 dias. Prazo: Imediato. Responsável: DRM/SAP;
- Apresentação do histórico do Acordo de Pesca do Lago da Hidrelétrica de Balbina (Presidente Figueiredo do Amazonas). Prazo: Próxima reunião do CPG. Responsável: FAEP;
- Formalização do pedido de informações do Comando da Marinha com relação ao quantitativo de embarcações pesqueiras inscritas nos Estados onde ocorre a Pesca Continental; Prazo: Imediato. Responsável – SAP;
- Verificar vigência de autorizações das 48 embarcações da frota da Piramutaba. Prazo: 30 de junho de 2019. Responsável: DRM/SAP;
- Submeter ao SCC a revisão do Defeso da Piramutaba Proposta da SINPESCA (será formalizada) – frota controlada. Prazo: próxima reunião do SCC. Responsável: SCC CPG-NORTE;
- Atualização do MAPA da demanda do SINPESCA (Pesca industrial da Piramutaba), solicitada pelos membros do CPG-NORTE. Prazo: Imediato. Responsável: SINPESCA;
- Revisão da área de captura da Piramutaba (após envio de mapa atualizado pelo SINPESCA. Prazo: 2ª quinzena de julho. Responsável DEPOP/SAP;



Secretaria de Aquicultura e da Pesca – SAP/MAPA
Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca

4ª Reunião Ordinária

Memória da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins – CPG Norte

- Criar grupo de trabalho Ornamentais (GT ORNAMENTAIS): revisão dos atos normativos da cadeia produtiva dos ornamentais (MPP, ABLA, CNPA, MAPA, SCC, SAP, SFA-AM, SEPROR, FAEP, Grupo de Pesquisadores e MMA/IBAMA, ICMBio, convidados Exportadores e AZAB. Local: SEPA/SEPROR, Manaus-AM. Prazo: 23 e 24/07/2019;
- Verificar regras ou regulamentação para a manutenção das matrizes de espécies ameaçadas, para apresentar no GT Ornamentais em 23 e 24 de julho de 2019. Prazo: Primeira quinzena de julho. Responsável: IBAMA, MMA e ICMBio.